

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E  
LITERATURAS

BEATRIZ MORAIS BORGES

**O USO DO PSEUDÔNIMO COMO REFÚGIO NA LITERATURA**

PAULO LOPES

2022

BEATRIZ MORAIS BORGES

**O USO DO PSEUDÔNIMO COMO REFÚGIO NA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso produzido como requisito para obtenção do Título de Bacharela do Curso de Graduação em Letras–Língua Portuguesa e Literaturas do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Hoffmann Wolff

PAULO LOPES

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Borges., Beatriz Morais Borges  
O USO DO PSEUDÔNIMO COMO REFÚGIO NA LITERATURA / Beatriz  
Morais Borges Borges. ; orientador, Jorge Hoffmann Wolff,  
2022.  
34 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Comunicação e Expressão, Graduação em Letras Português,  
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Letras Português. 2. Pseudônimo, Literatura.. I.  
Hoffmann Wolff, Jorge . II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Graduação em Letras Português. III. Título.

BEATRIZ MORAIS BORGES

## O USO DO PSEUDÔNIMO COMO REFÚGIO NA LITERATURA

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de bacharela e aprovado em sua forma final pelo curso de graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas



Documento assinado digitalmente  
Jorge Hoffmann Wolff  
Data: 25/03/2022 15:49:02-0300  
CPF: 600.856.499-53  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Jorge Hoffmann Wolff  
Presidente e orientador(a)



Documento assinado digitalmente  
Rafael Miguel Alonso Junior  
Data: 28/03/2022 10:46:43-0300  
CPF: 064.261.979-47  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Rafael Miguel Alonso Junior  
Membro titular



Documento assinado digitalmente  
Maria Isabel da Silveira Bordini  
Data: 25/03/2022 18:27:16-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Maria Isabel da Silveira Bordini  
Membro titular



Documento assinado digitalmente  
Carlos Eduardo Schmidt Capela  
Data: 29/03/2022 10:47:23-0300  
CPF: 029.182.608-35  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Carlos Eduardo Schmidt Capela  
Suplente



Documento assinado digitalmente  
Beatriz Morais Borges  
Data: 29/03/2022 22:01:29-0300  
CPF: 105.533.469-62  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Beatriz Morais Borges  
Acadêmico(a)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Nilza Pires de Moraes Borges e Miguel Carlos Borges, por todo o amor, educação e apoio nas minhas escolhas. Minha mãe é minha maior incentivadora nos estudos, que dedica a sua vida para que seus filhos possam ter oportunidades melhores de vida. Meu pai, mesmo não tendo a mesma admiração de minha mãe pela área acadêmica, fornece suporte e apoio para que eu prossiga os estudos. Este casal é um grande exemplo para mim. Agradeço por eles estarem ao meu lado e sempre comemorarem comigo cada pequena conquista.

Ao meu irmão, Filipe Moraes Borges, minha cunhada, Aline Edi Rogério, meus familiares, meus colegas acadêmicos e meus amigos que estão presentes em minha rotina, compartilham dos meus dias de inquietações, dúvidas, pesquisas e realizações. Agradeço pela compreensão, pelas palavras de incentivo e pela torcida por minha felicidade.

Agradeço, imensamente, ao meu professor orientador Jorge Hoffmann Wolff (Joca) por todas as sugestões de leitura, por sanar minhas dúvidas, por toda a paciência e principalmente acreditar em mim na elaboração deste trabalho. Todo o conhecimento que adquiri por meio da sua orientação é incalculável. Sou grata por sua disposição e apoio.

Agradeço também a todos os professores, da área de linguagens e educação, que tive contato durante o ensino médio e graduação. De alguma forma, contribuíram para que eu optasse seguir nessa área, que tanto admiro. Um agradecimento especial, ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), pelo fornecimento de atividades extracurriculares na área de linguagens e pelo corpo docente qualificado para atuar na área. O período em que estive matriculada na instituição foi quando tive certeza do Curso Superior que pretendia ingressar. O corpo docente, que tive a oportunidade de conhecer no Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), contribuiu para que em nenhum momento eu pensasse em desistir. Desde agosto de 2017, muitos aprendizados foram construídos na instituição. Agradeço, aos docentes, por toda dedicação, compartilhamento de experiências, conversas e suporte nas aulas.

Enfim, agradeço a Deus por essa oportunidade e por sempre colocar pessoas incríveis em minha vida. Os obstáculos foram muitos. Mas o Senhor esteve comigo em todos os momentos difíceis, para que eu pudesse enfrentá-los.

“Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.”

**(Manoel de Barros, 2006)**

## RESUMO

Este trabalho tem o intuito de investigar as motivações que levaram escritores ao uso do pseudônimo, como um refúgio, no ambiente literário. Observa-se que os casos são diversos: uso do pseudônimo como subterfúgio para evitar repressão militar no período de censura, para alcançar maior visibilidade e sucesso diante do público de perspectivas, predominantemente, preconceituosas, para realizar denúncias, elaborar críticas, criar uma “brincadeira literária” sem ter sua identidade revelada. O trabalho explora o uso de pseudônimo por algumas mulheres que mostram sua força em meio à sociedade machista, como: Patrícia Galvão (1910-1962), Rachel de Queiroz (1910-2003), Narcisa Amália (1856-1924), Clarice Lispector (1920-1977) e Odette Rios (1932-2002) Dentre os escritores que utilizaram o pseudônimo para fugir da censura e crítica são mencionados: os árcades Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) e Cláudio Manoel da Costa (1729-1789), José de Alencar (1829-1877), Machado de Assis (1839-1908) e o escritor e cantor Chico Buarque (1944).

**Palavras-chaves:** Pseudônimo. Literatura. Refúgio. Preconceito. Censura.

## **ABSTRACT**

This work aims to investigate the motivations that led writers to use the pseudonym, like a refuge, in the literary environment. It can be seen that the cases are diverse: use of the pseudonym as a subterfuge to avoid military repression during the period of censorship, to achieve greater visibility and success before the audience of prospects, predominantly, prejudiced, to file complaints, elaborate criticisms, create a “literary joke” without having your identity revealed. The work explores the use of pseudonyms by some women who show their strength in the midst of sexist society, such as: Patrícia Galvão (1910-1962), Rachel de Queiroz (1910-2003), Narcisa Amália (1856-1924), Clarice Lispector (1920-1977) and Odette Rios (1932-2002). Among the writers who used the pseudonym to escape censorship and criticism are mentioned: the árcades Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) and Cláudio Manoel da Costa (1729-1789), José de Alencar (1829-1877), Machado de Assis (1839-1908) and the writer and singer Chico Buarque (1944).

**Keywords:** Pseudonym. Literature. Refuge. Preconception. Censorship.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

PCB – Partido Comunista Brasileiro

ABL – Academia Brasileira de Letras

AI-5 – Ato institucional número 5

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
2 AFINAL, O QUE É O PSEUDÔNIMO?.....	12
3 LEGISLAÇÃO E A RELAÇÃO COM A PSEUDONÍMIA .....	15
4 DIFERENÇAS ENTRE PSEUDÔNIMOS E HETERÔNIMOS .....	16
5 PATRÍCIA GALVÃO: REPRESENTANTE DA MILITÂNCIA NOS ANOS 30. 17	
6 A DESCONFIANÇA DA AUTORIA FEMININA NO AMBIENTE LITERÁRIO	20
7 USO DE PSEUDÔNIMO DURANTE OS REGIMES DE CENSURA.....	21
8 CLARICE E A NÃO ACEITAÇÃO DE SEU PSEUDÔNIMO PELO EDITOR .	26
9 PSEUDÔNIMO COMPARTILHADO ENTRE ESCRITORES .....	27
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	28
REFERÊNCIAS.....	29

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o uso do pseudônimo na literatura, como refúgio. Os motivos para essa fuga são diversos. Mulheres não eram aceitas na carreira literária. Famílias não designavam prestígio a essa área e, não permitiam que seus familiares desempenhassem a função de escritor. Indivíduos que desejavam escrever críticas políticas e notícias que causariam polêmicas na sociedade não queriam ser expostos em períodos de censura política. Escritores que não se identificam propriamente com o que haviam escrito.

Uma figura feminina que se destacou nesse sentido, em 1933, foi a escritora Patrícia Rehder Galvão (1910-1962), conhecida como Pagu, que recebeu, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a ordem de uso de um pseudônimo<sup>1</sup> para publicar um dos primeiros romances proletário da literatura brasileira como veremos adiante. A utilização desse pseudônimo serve como um refúgio para autora elaborar relatos sobre o cotidiano de mulheres pertencentes à classe trabalhadora, sem ter sua identidade exposta. A publicação ocorreu logo após a saída de Pagu da prisão. Ela foi presa pela primeira vez ao participar de uma greve de estivadores no estado de São Paulo, em 1931.

Uma das motivações que levaram muitas mulheres a fazer uso de pseudônimos foi o preconceito e julgamento que enfrentavam num período em que a mulher exercia, em sua maioria, apenas os afazeres domésticos. As mulheres que ousavam fazer uso de seu próprio nome eram extremamente criticadas. Em decorrência desse fato, elas encontravam refúgio em nomes masculinos para poderem divulgar seus escritos. Mary Ann Evans (1819-1880) assinava como George Eliot, Amandine Aurore Lucile Dupin (1804-1876) assinava como George Sand, as irmãs britânicas Charlotte (1816-1855), Emily (1818-1848) e Anne (1820-1849) Brontë assinavam como, respectivamente, Currer, Ellis e Acton Bell.

Mudanças começam a acontecer no mercado de trabalho a partir do século XIX, em que mulheres começam a ocupar cargos de produção em fábricas. No início do século XX, com o tratado de Versalhes, a igualdade salarial é imposta para

---

<sup>1</sup> Em 1933, Pagu assinou o romance *Parque industrial* sob o pseudônimo de Mara Lobo, exigido pelo PCB. Ao longo de sua vida, ela fez uso de diversos pseudônimos. Porém, o mais conhecido foi Mara Lobo.

trabalhos de igual valor, sem distinção de sexo. Porém, havia diferença salarial entre homem e mulher. A luta contra o machismo estava apenas começando. Ao longo do século XX, as mulheres começam a ganhar espaço em diferentes profissões. Mas ainda são olhadas com indiferença em cargos de poder e trabalhos que exigem força bruta, pois estes ainda são vistos como funções que devem ser exercidas por homens. Na carreira literária, o sexo feminino é aceito gradualmente, mas, até o momento, ainda predomina a circulação de produções escritas por homens.

Há casos em que mulheres se ocultavam atrás de um título por medo das possíveis críticas que poderiam enfrentar com o conteúdo de suas obras. Temos casos como o de Maria Firmina dos Reis (1822-1917), mulher negra, que assinou seu primeiro romance *Úrsula* (1859) apenas como “uma maranhense”, como uma forma de silenciamento no universo literário. A intenção foi minimizar sua autoria em tempos que a aceitação de uma mulher negra publicando seria ainda mais difícil.

Inicialmente, as expectativas criadas em torno do conteúdo escrito por mulheres eram muito restritas. O público feminino ocultava-se da autoria também por receio de não se enquadrar nos padrões pré-determinados do que deveriam escrever. Nos anos 1990, a escritora Joanne K. Rowling assinava somente com a letra inicial de seu primeiro nome, por sugestão da empresa que publicou suas obras. A autora obteve sucesso com a série de livros *Harry Potter*. Posteriormente, em entrevistas, Joanne destaca que a ambiguidade na assinatura, sugerida pelo editor, tinha como função aumentar a venda de suas obras para o público masculino. Aos poucos, mulheres ganham respeito no cenário literário, mas ainda há maior preferência pela leitura de conteúdos escritos por homens. Pois o sistema capitalista mantém, em pleno século XXI, o preconceito estrutural, de ordem patriarcal, em relação à independência feminina, como se pode observar no caso de J. K. Rowling.

A censura também foi motivo para que muitos escritores se ocultassem ao assinar suas produções. Um exemplo é o alemão Erich Kästner, que foi proibido de escrever no período nazista e precisou usar outros nomes para dar autoria a suas obras. O militar argelino Mohammed Moulessehoul usou o nome da esposa (Yasmina Khadra), com receio de ser censurado. Em decorrência do machismo estrutural, frequentemente, homens usavam nomes femininos para produzir obras que tinham conteúdos românticos, pois segundo o senso comum era temática para ser escrita apenas pelo público feminino. Homens deveriam produzir obras de

conteúdos científicos, com ação, suspense, violência, entre outros conteúdos designados “fortes” ou “mais sérios”. Enquanto as mulheres se dedicavam a escrever romances, conteúdos femininos, drama e sobre sentimentos. Porém, há casos como de Agatha Christie, romancista que obteve sucesso no século XX, com a publicação de romances policiais, envolvendo suspense e mistério. As escritoras Rachel de Queiroz (1910-2003) e Narcisa Amália (1856-1924) surpreendem o público masculino com suas obras, respectivamente, *O quinze* e *Nebulosas*. A repercussão das obras gera comentários de desconfiança da verdadeira autoria, pois, numa perspectiva machista, obras produzidas por mulheres não teriam tanta excelência quanto aquelas. Além dos casos de censura envolvendo indivíduos que não eram aceitos na carreira literária ou, que escreviam conteúdo que “deveria ser escrito por mulher”, a censura também acontecia quando os escritos publicados em livros e jornais contradiziam as ideias do governo, ofendiam alguma autoridade, revelavam informações íntimas ou abordavam temáticas sexuais, eróticas.

O uso do pseudônimo por inconformismo pela situação política do país já é observado no século XVIII, com os árcades Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa elaboravam críticas, assinadas pelos seus pseudônimos, sobre os governantes da capitania de Minas Gerais. No século XIX, José de Alencar polemiza com o uso de pseudônimo para escrita de cartas criticando o conteúdo escrito por Gonçalves de Magalhães. Machado de Assis, com suas crônicas assinadas como “Boas Noites”, aproveita para abordar o processo político que o país enfrentou até a abolição da escravatura ocorrer efetivamente. No século XX, o músico e compositor Chico Buarque utilizou pseudônimo para denunciar o abuso de poder, autoritarismo, exploração da classe trabalhadora que era propagada pelo regime militar no Brasil.

O erotismo presente no conteúdo escrito por Odette Rios é constantemente censurado pelos militares nos anos 1960 e 1970. A escritora produziu mais de 50 obras, mas muitas delas foram confiscadas e incineradas. A perseguição era tão intensa, que Odette chega à falência por não ter mais obras disponíveis para venda e por ter suas novas publicações sempre vetadas.

O uso do pseudônimo por não sentir-se parte do conteúdo escrito, por vergonha dos assuntos que aborda ao longo do texto pode ser observado na escritora Clarice Lispector, quando assume a missão de produzir três textos por

encomenda. O trabalho é bem elaborado, mas ela mostra insatisfação em ligar seu nome ao texto que produziu.

Um caso curioso foi o uso de um mesmo pseudônimo por mais de um escritor. Ao longo do trabalho, destacamos Victor Leal, pseudônimo utilizado por Pardal Mallet, Olavo Bilac, Aluísio Azevedo e Coelho Neto. Os argentinos Jorge Luis Borges e Adolfo Bioy Casares criam em conjunto o pseudônimo Bustos Domecq para produzirem textos em conjunto. O caso de Carmen Mola é um dos mais polêmicos, pois o pseudônimo, compartilhado por três escritores: Jorge Diaz, Agustín Martínez e Antonio Mercero, é até premiado pela produção de um romance. A descoberta da fraude acontece quando o trio se apresenta para receber a premiação, no ano de 2021.

## **2 AFINAL, O QUE É O PSEUDÔNIMO?**

O pseudônimo conceitua-se como um nome utilizado para substituir o nome verdadeiro civil ou usual de um escritor ou responsável por obra literária, artística ou de outra natureza. As motivações que levam um indivíduo a fazer uso de pseudônimos são variadas, mas as principais são: preconceito, medo, insegurança, introspecção, razões políticas, burla, esperteza, questões econômicas. Em alguns casos, autores acreditavam que usando pseudônimos estrangeiros conquistariam maior credibilidade do público leitor. A criação do pseudônimo é um jogo de especulações sem fim, pode ou não ter alguma significação disfarçada.

É importante salientar que o uso de pseudônimo é protegido por lei, no Brasil. No meio jurídico, conforme dispõe o artigo 19 do *Código Civil brasileiro* (Lei Nº 10.406, datada de 10 janeiro de 2002), “O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome” (Brasil, 2019, p. 192). Pode ser utilizado como recurso estético, por liberdade de expressão ou por privacidade do/a autor/a. Em casos de possíveis excessos cometidos pelo autor que faz uso do pseudônimo, uma ordem judicial pode permitir que o pseudônimo seja violado e o autor seja revelado.

Alguns conceitos tendem a se confundir com o pseudônimo. O nome é o elemento que identifica cada indivíduo. É comum que os nomes recebam apelidos. Muitos apelidos passam até a ser mais utilizados que o próprio nome. Em casos,

que a pessoa tenha interesse em ser reconhecido pelo seu apelido no meio profissional e social, o apelido torna-se um Hipocorístico. Ele recebe a mesma proteção legislativa que tem um pseudônimo. A principal diferença entre o Hipocorístico e o Pseudônimo é a utilização do Pseudônimo para atividades profissionais e como modo de ocultar-se de uma autoria e o Hipocorístico utilizado para identificação pessoal.

Na literatura, houve um período em que a censura era frequente acerca dos conteúdos dispostos nos textos publicados. Durante a ditadura militar no Brasil (1964 - 1985), houve veto sobre publicação e circulação de livros com temáticas política e social, que fugissem dos ideais do movimento. Diversos escritores não queriam se calar, mas tinham medo das possíveis punições que viriam a sofrer caso escrevessem sobre os conteúdos considerados “proibidos” ou “indevidos”. Portanto, não usavam seu nome para assinar seus escritos. O uso do pseudônimo tornou-se uma forma de preservar o direito à livre expressão do risco de censura e retaliação.

Mulheres enfrentaram (e ainda enfrentam) uma luta constante por visibilidade na carreira literária. No Brasil, até meados do século XIX, os primeiros escritos publicados por mulheres, comumente eram assinados com pseudônimos masculinos. Os casos podem ser observados em diversos países. Inicialmente, a assinatura masculina era o que permitia que o conteúdo escrito por uma mulher fosse publicado/divulgado. Elas ainda não tinham espaço no ramo literário. Para atingirem o público leitor, utilizavam o nome de seus maridos ou inventavam um nome masculino, aonde poderiam se ocultar e divulgar sua produção.

No Brasil, até início do século XIX, os indivíduos que desejavam cursar ensino superior, precisavam viajar para outro país, geralmente direcionavam-se às universidades de Portugal. Em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, são implantadas as primeiras instituições de ensino superior no país. Os primeiros cursos a serem disponibilizados são: Medicina, Direito, Engenharia e Arquitetura. A produção escrita para publicação/divulgação era algo secundário. Não era uma carreira consolidada, na sociedade nesse período. Levando em consideração esse fato, alguns escritores que desejavam seguir na carreira literária, tinham que manter em segundo plano seus desejos, para agradar a família ou ser bem visto na sociedade, e ingressar no ensino superior. O uso de pseudônimos por esse grupo para se ocultarem do campo literário foi frequente.

Houve casos em que o pseudônimo conectou-se tanto à obra, que após a obra tornar-se conhecida, o nome do autor não obteve mais destaque pela denominação original. Muitos leitores desconhecem o verdadeiro nome de George Orwell<sup>2</sup>, Pablo Neruda<sup>3</sup>, João do Rio<sup>4</sup>, entre outros. Os nomes verdadeiros de diversos pseudônimos foram divulgados somente postumamente. Não raro ocorreram casos de fraude, em que um escritor assumia a autoria de um pseudônimo para atingir mais popularidade no meio literário. A insegurança fez com que autores consagrados em um determinado estilo sentissem receio de produzir algo novo e não fazer tanto sucesso. Assim, gerou-se mais uma motivação para uso de pseudônimos. Joanne Rowling, autora da saga *Harry Potter*, é um exemplo de quem fez uso de pseudônimo para publicar um romance que não fazia parte da saga<sup>5</sup>. Ela preferiu não ligar seu nome à autoria da obra, inicialmente, pois poderia não ter tanto sucesso nas vendas como ocorreu com a saga. Houve também os casos em que o autor se negou a assumir a autoria da obra, pois o que o pseudônimo escreve, não condiz com sua escrita. Como já mencionado na introdução, Clarice Lispector é um exemplo de escritora que utilizava pseudônimos, quando a natureza de seus escritos para trabalho não era compatível com a natureza do que costuma escrever por sua vontade. O texto produzido para jornais, imprensa não eram tão elaborados quanto as obras que a escritora produzia no seu tempo, sem roteiro definido e falando sobre assuntos que ela mesma escolhia. Em uma carta, enviada ao escritor e seu amigo, Fernando Sabino, Clarice declara sua intenção de trabalhar para o jornal, assinando com pseudônimo:

Acho que vou obrigar de algum modo você a me responder porque vou lhe perguntar se você acha possível eu escrever para a Manchete – uma espécie de “bilhete dos E.E.U.U.”, com notícias e comentários variados (livros, acontecimentos, fatos, etc.), provavelmente em estilo curto, rápido, na quantidade que a Manchete quisesse ou precisasse – e até no estilo que quisessem – como você vê, não estou sendo nada difícil. É possível uma coisa dessas? Eu assinaria com um pseudônimo qualquer, onde me sinto mais a vontade – até Tereza Quadros poderia ressuscitar, dessa vez sem se especializar em assuntos femininos, já que ela é tão espertinha e versátil (SABINO, 2002, p. 99–100).

---

<sup>2</sup> Pseudônimo do escritor Eric Arthur Blair.

<sup>3</sup> Pseudônimo do escritor Ricardo Eliécer Neftali Reyes.

<sup>4</sup> Pseudônimo do escritor Paulo Barreto

<sup>5</sup> O título do livro, escrito por J. K. Rowling, é *The cuckoo's calling* (Tradução: *O chamado do Cuco*). O pseudônimo utilizado para assinar a obra foi Robert Galbraith.



Fernando responde à carta, e em um dos trechos afirma “[...] não se incomode muito com a qualidade literária [...]”. O escritor também escreve a serviço para jornais. A produção para jornal, por ser mais rápida e cotidiana, não comportava maior elaboração. Sabino assina como Pedro Garcia de Toledo, a coluna *O destino de cada um*, nota policial no jornal *Diário Carioca*. O uso do pseudônimo, nesses casos, indica certo receio de que a produção literária dos escritores seja comprometida pelos conteúdos corriqueiros que escrevem para os jornais.

### 3 LEGISLAÇÃO E A RELAÇÃO COM A PSEUDONÍMIA

A lei da imprensa N° 5.250, estabelecida em 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação, trata do anonimato e do uso de pseudônimo em publicações. A lei apresenta rejeição à prática, afirmando:

Art. 7º No exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação não é permitido o anonimato. Será, no entanto, assegurado e respeitado o sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, radiorepórteres ou comentaristas.

§ 1º Todo jornal ou periódico é obrigado a estampar, no seu cabeçalho, o nome do diretor ou redator-chefe, que deve estar no gozo dos seus direitos civis e políticos, bem como indicar a sede da administração e do estabelecimento gráfico onde é impresso, sob pena de multa diária de, no máximo, um salário-mínimo da região, nos termos do art. 10.

§ 2º Ficará sujeito à apreensão pela autoridade policial todo impresso que, por qualquer meio, circular ou for exibido em público sem estampar o nome do autor e editor, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, sede da mesma e data da impressão.

§ 3º Os programas de noticiário, reportagens, comentários, debates e entrevistas, nas emissoras de radiodifusão, deverão enunciar, no princípio e ao final de cada um, o nome do respectivo diretor ou produtor.

§ 4º O diretor ou principal responsável do jornal, revista, rádio e televisão manterá em livro próprio, que abrirá e rubricará em todas as folhas, para exhibir em juízo, quando para isso for intimado, o registro dos pseudônimos, seguidos da assinatura dos seus utilizantes, cujos trabalhos sejam ali divulgados. (1967, p.19).

A Lei da Imprensa, publicada em 1967, preza pela preservação da “moral e bons costumes”. O documento legislativo busca impedir que todo conteúdo que possa ofender a “moral pública e os bons costumes”<sup>6</sup> sejam banidos da sociedade.

---

<sup>6</sup> A “moral pública e os bons costumes” se baseiam nos padrões e doutrinas preservados pelas autoridades políticas, jurídicas e/ou religiosas. Atualmente, diversas instituições já aboliram suas

O impedimento do anonimato é salientado novamente em outro trecho do documento, na seguinte afirmação:

**CAPÍTULO I**  
 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos  
 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
 IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.(1967, p. 9)

Há uma diferença entre o anonimato e o uso de pseudônimo, pois quando o autor opta por assinar com pseudônimo, a editora faz um contrato com o próprio autor e se responsabiliza por possíveis excessos. Um pseudônimo, por lei, pode ser violado. Portanto, nada impede que sejam utilizados, atualmente. No legislativo, temos mais uma permissão que contribui para que escritores tenham mais liberdade. A ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 4.815, divulgada pelo Supremo Tribunal Federal em 2015, defende a ideia de biografia como história. A ação permite “a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, a produção, publicação, exposição ou utilização da imagem de pessoa biografada” (2015, p.2), sem a necessidade prévia de autorização da pessoa biografada e coadjuvantes da biografia.

#### 4 DIFERENÇAS ENTRE PSEUDÔNIMOS E HETERÔNIMOS

Assim como pseudônimos, o uso de heterônimos também se tornou frequente no ambiente literário. O que o diferencia do primeiro é a personalidade criada à nova assinatura. Diferentemente do pseudônimo, o heterônimo tem a intenção de assinar como se fosse um outrem com características divergentes das pertencentes ao próprio autor. E a pseudonímia é comumente utilizada para distanciar o autor da obra, ocultar uma autoria, independente da motivação que leva um escritor a essa ação. O escritor português Fernando Pessoa, em *Tábua Bibliográfica* (texto publicado na revista *Presença*, nº 17, dez/1928), diferencia os dois da seguinte forma:

A obra pseudônima é do autor em sua pessoa, salvo no nome que assina; a heterônima é do autor fora da sua pessoa; é duma individualidade completa

---

imposições e costumes arcaicos, que menosprezavam, diminuían, violentavam e ofendiam diversos grupos. Porém, grupos conservadores ainda preservam costumes e valores autoritários e preconceituosos, que privam a liberdade dos cidadãos, disseminam discursos de ódio e desrespeito.

fabricada por ele, como seriam os dizeres de qualquer personagem de qualquer drama seu. (PESSOA, 1928)

Fernando Pessoa assinou com heterônimos<sup>7</sup> em diversos textos de sua autoria. Cada um dos heterônimos elaborados pelo escritor possuíam aspectos e características específicas. No autor, ocorre uma multiplicidade do eu, em que a criação dos heterônimos se torna fundamental. Sobre os heterônimos, Pessoa declarou:

Graduei as influências, conheci as amizades, ouvi, dentro de mim, as discussões e as divergências de critérios, e em tudo isto me parece que fui eu, criador de tudo, o menos que ali houve. Parece que tudo se passou independentemente de mim. (PESSOA, 1986, p. 228).

A independência que Pessoa institui aos seus heterônimos elimina a importância comumente designada ao autor de uma obra literária. É como se o autor não tivesse parte na obra. Pessoa criou até mesmo um neologismo para explicar essa capacidade que tinha na escrita. Ele afirmava que era capaz de “outrar-se” (tornar-se outro). Neologismo que tem ligação com o famoso ‘je est un autre’ (eu sou um outro), de Arthur Rimbaud. Conceitos que se voltam para a multiplicidade do eu, respondendo à nova subjetividade surgida com a psicanálise.

## **5 PATRÍCIA GALVÃO: REPRESENTANTE DA MILITÂNCIA NOS ANOS 30**

A escritora Patrícia Galvão, nascida no ano de 1910, é uma figura, constantemente, lembrada quando se fala em pseudonímia. Patrícia, também conhecida como Pagu, tem uma vida conturbada e é intensa em suas vivências. Aos 12 anos, envolve-se com Olympio Guilherme. Aos 14 anos, ela engravida, mas interrompe a gestação. Em 1929, casa-se com Waldemar Belisário. O casamento, para ambos, era apenas um pretexto para sair de casa. Pagu era ligada ao movimento antropofágico, liderado pelo casal Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. Após essa aproximação da escritora com o casal, surgem suspeitas de que ela estaria vivendo um romance com Oswald. Logo após a lua de mel de Oswald e Tarsila, o escritor engata um relacionamento com Patrícia. Inicialmente, os dois vivem uma paixão juntos. Pagu descobre que está grávida. Durante a gestação, ela

---

<sup>7</sup> Os três principais heterônimos do escritor Fernando Pessoa são: Alberto Caieiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos.

sente-se emocionalmente instável. Na *Autobiografia precoce de Patrícia Galvão*, carta a Geraldo Ferraz escrita na prisão em 1940 e publicada pela primeira vez apenas em 2005, ela revela sentir uma necessidade de movimento constante. E num desses momentos, ela joga-se no Rio Pinheiros, em meio a uma forte correnteza. Em uma hora de luta para sair daquela área de risco, ela acaba perdendo o bebê. Oswald continuava ao lado dela, lhe dando forças para superar esse período. Após um tempo, ela descobre estar grávida, novamente. Em setembro de 1930, nasce Rudá Andrade.

Em 1931, Oswald e Patrícia têm uma experiência com o jornal *O Homem do Povo*. Neste mesmo ano, Pagu ingressa no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em agosto do mesmo ano, a autora é presa ao participar de uma greve de estivadores. Tornou-se a primeira mulher presa política no Brasil, sendo a primeira de várias detenções. Ela, Oswald e todos ligados ao PCB eram alvo de perseguições do regime político. Pagu era uma mulher forte. Ela estava determinada a prosseguir lutando pelos direitos da classe operária: “Sabia que se o partido me chamasse, eu iria. Não tinha nenhuma dúvida. E quando o partido me chamou, eu fui” (GALVÃO, 2020, p.88).

Assim, em 1933, Pagu publica *Parque industrial*, com apoio e estímulo de Oswald. Seguindo a exigência do PCB, utiliza o pseudônimo Mara Lobo. No romance, ela expõe a rotina de trabalho exaustiva das operárias, a exploração dos patrões sobre os funcionários. Isso num momento em que o país vive um processo de industrialização e o mundo um processo conflituoso de tensões ideológicas e econômicas que resultam na segunda guerra mundial. Sobre sua obra, ela declara “Pensei em escrever um livro revolucionário. Assim, nasceu a ideia de *parque industrial*. Ninguém havia ainda feito literatura nesse gênero. Faria uma novela de propaganda que publicaria com pseudônimo, esperando que as coisas melhorassem.” (GALVÃO, 2020, p.85).

Seguindo as orientações para ingresso ao PCB, Pagu vive a experiência do trabalho explorador, convive com os operários e observa de perto as injustiças vividas por eles. Pagu, compadecendo-se das vivências que presenciou e experimentou, achou necessário denunciar as condições tão desgastantes em que viviam essas pessoas. A linguagem utilizada pela autora gerou polêmica, pois era popular e repleta de erotismo. No romance, torna-se explícita a filiação da autora

com o PCB e seu perfil antiburguês. Pagu polemiza ao criticar o feminismo presente na sociedade burguesa do século XX, que visiona somente as classes média e alta. Ela luta para que os direitos de mulheres de classe menos favorecidas também sejam alcançados. Não há solidariedade com os grupos subalternizados, o que causa indignação a Pagu.

Na *autobiografia precoce*, observamos relatos de Pagu destinados para seu último companheiro: Geraldo Ferraz<sup>8</sup>. Ela encontra em Geraldo, o parceiro ideal para seguir ao seu lado. Nos relatos, ela afirma sua trajetória de mulher intensa e de personalidade forte, o que na época era tido como vulgar. Pagu não destrata Oswald, pois ele não media esforços para ajudar e apoiar ela, inclusive financeiramente, em suas viagens e seu desejo de militar ao lado dos parceiros apoiadores do PCB. Ela admira a franqueza de Oswald para com ela, revelava suas vivências fora da relação. E no fundo, ela sabia que ele sentia a necessidade de afirmar sua virilidade conquistando outras mulheres e satisfazendo os prazeres do corpo. Em um dos relatos, ela destaca “Oswald não se interessava por mulher, mas por deslumbrar mulheres.” (GALVÃO, 2020, p.86-87).—Além dos ideais políticos, o motivo maior de ligação entre os dois era Rudá. Ela salienta a boa relação entre os dois:

Tínhamos ainda momentos bons de união intelectual e eu conservava um afetuoso reconhecimento pelo homem que considerava meu melhor amigo. Depois, era o pai de meu filho e adorava o nosso Rudá (GALVÃO, 2020, p.86).

Posteriormente, quando a vida a reaproxima de Geraldo, Pagu o define como um grande alicerce que contribuiu para que a escritora não perdesse sua força e lutasse pelos ideais em que sempre acreditou. Geraldo foi seu parceiro de vida até seus últimos dias.

Patrícia é uma figura marcante até os dias atuais, pois dava voz às operárias de maneira inédita e enfrentava o feminismo burguês, que não favorecia as trabalhadoras. Pagu defendia a liberdade da mulher para atuação no mercado de trabalho. A autora poderia viver em seu conforto, mas preferia radicalizar e lutar pelos direitos de quem precisava trabalhar, e conseqüentemente, se submetia aos ambientes precários e às condições de trabalho exploradoras. Por essa razão, Pagu

---

<sup>8</sup> Benedito Geraldo Ferraz Gonçalves foi escritor, jornalista e crítico literário brasileiro. Participou do movimento modernista, contribuindo para a revista *Antropofagia* ao lado de Oswald de Andrade e Raul Bopp, em 1929. Foi casado com Patrícia Galvão. É pai de Geraldo Galvão Ferraz.

também tem a vivência em uma vila operária, cumprindo a exigência para filiação com o PCB, partido que lutava veementemente pelo direito dos operários. Em diversos trechos da *Autobiografia precoce*, ela reafirma seu perfil de militante: “O marxismo. A luta de classes. A libertação dos trabalhadores. Por um mundo de verdades e de justiça. Lutar por isso valia uma vida. Valia a vida.” (GALVÃO, 2020, p. 47). E ela acreditava que conquistariam seus direitos “O proletariado brasileiro guiado por uma vanguarda daquela têmpera se libertaria, seria vitorioso, dentro de pouco tempo.” (GALVÃO, 2020, p.75). Mas isso tudo ocorre durante a década de 1930, antes do desencanto pela linhagem comunista stalinista. Sua *Autobiografia precoce* apresenta essa transformação ideológica na direção de uma “vanguarda socialista” trotskista.

Por fim, Pagu, em seus últimos anos de vida, dedicou-se intensamente à arte, ao jornalismo cultural, ao teatro, à tradução. Posteriormente, descobriu um câncer. Viajou para Paris para realização de uma cirurgia, onde os resultados não foram bem-sucedidos. Desanimada e sem esperanças, Patrícia tentou suicídio. Ela sobreviveu à tentativa. Retornou ao Brasil, em 1962. No mesmo ano, ela falece em decorrência dos agravantes da doença. Pagu fez história tanto como escritora e militante política, quanto como poeta, tradutora e jornalista na área de cultura e literatura. Atualmente, ela dá nome a um complexo artístico de Santos, em São Paulo. O complexo, nomeado *Centro de Cultura Patrícia Galvão*, é composto pelo Teatro Municipal Brás Cubas, Museu da Imagem e do Som de Santos (MISS), Teatro de Arena Rosinha Mastrângelo, Hemeroteca Roldão Mendes Rosa, Galerias Brás Cubas e Patrícia Galvão e a Secretaria Municipal de Cultura.

## **6 A DESCONFIANÇA DA AUTORIA FEMININA NO AMBIENTE LITERÁRIO**

Inicialmente, a Academia Brasileira de Letras (ABL), fundada em 1897, restringia a participação feminina em seus encontros e premiações. Somente em 1977, a ABL admite a participação de uma mulher na academia. A escritora Rachel de Queiroz (1910-2003) foi a primeira mulher a integrar o grupo, após indicação de seus amigos que já ocupavam cadeiras na ABL. A luta pela conquista do espaço feminino na ABL estava só começando.

Rachel de Queiroz foi enaltecida e obteve destaque literário após escrever o livro *O quinze* (1930). Mesmo ela assumindo a autoria do romance, muitos escritores ainda desconfiavam que a produção não fosse realmente dela, pois mulher “não teria capacidade” de produzir um romance tão bem elaborado quanto esse. Havia dúvidas até sobre a existência da autora. O escritor Graciliano Ramos declara:

O quinze caiu de repente ali por meados de 30 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que realmente causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: Não há ninguém com este nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado.<sup>99</sup> (RAMOS, 1962, p.133)

A carioca Narcisa Amália (1852-1924) foi a primeira mulher a atuar como jornalista profissional no Brasil. Em 1872, publicou a obra poética *Nebulosas*. Foi a única obra publicada pela jornalista, porém alcançou grande repercussão por sua elaboração com características do romantismo bem marcadas, envolvendo questões políticas e sociais. O escritor Machado de Assis e o crítico literário Sílvio Romero, D. Pedro II teceram elogios à autora por sua obra. Mas também foi difamada e acusada, pelo escritor Múcio Teixeira, de não ter sido a autora da obra *Nebulosas*. Era difícil aceitar dividir o espaço literário com mulheres. E devido ao machismo presente, acreditavam que mulher não era capaz de produzir uma obra bem escrita.

## 7 USO DE PSEUDÔNIMO DURANTE OS REGIMES DE CENSURA

O incômodo com a situação política, no século XVIII, pode ser observado pelos escritos dos árcades Tomas Antônio Gonzaga (1744-1810) e Cláudio Manuel da Costa (1729-1789). Eles utilizavam pseudônimos para contestar a situação política em que o país vivia. A dupla desaprovava a administração de Luís da Cunha Meneses (1743-1819), governador da capitania de Minas Gerais. Em *As cartas chilenas*, “Critilo” (Tomas Antônio Gonzaga) escreve a “Doroteu” (Cláudio Manuel da Costa) críticas acerca da fictícia Capitania de Chile. Quando na verdade, as críticas eram para Capitania de Minas Gerais, governada por Luís. O alvo principal das

---

<sup>99</sup> RAMOS, Graciliano. Caminho de pedras. In: **Linhas tortas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1962.

críticas era a exploração no comércio de ouro e diamante em Villa Rica. Critilo denunciava as ilegalidades e esquema de corrupção presentes na Capitania.

Uma grande polêmica foi estabelecida, quando o poeta Gonçalves de Magalhães (1811-1882) publica, em 1856, *Confederação dos Tamoios*. Logo após a publicação, José de Alencar (1829-1877) escreve oito cartas, assinando como IG, na seção *Folhas Soltas* do jornal *Diário do Rio de Janeiro*. Nas cartas, há uma refutação à qualidade literária da obra. IG critica a falta de sensibilidade na descrição de Magalhães sobre os cenários presentes em sua obra, a descrição dos indígenas de modo simples, que não contempla os costumes e tradições mantidos por eles. A rispidez contida nas cartas faz com que Manuel Araújo Porto-Alegre (1806-1879) e o imperador Dom Pedro II (1825-1891) escrevam em defesa de Magalhães, sob o pseudônimo “amigo do poeta”. Após um tempo, José revela ser o autor dos textos publicados por “IG” e afirma:

Ocultei a princípio o meu nome, não pelo receio de tomar a responsabilidade do escrito; e sim porque obscuro como é, não daria o menor valor às ideias que emiti. Desde, porém, que a crítica das colunas de um jornal passa às folhas de um livro, entendo que é dever de lealdade para com o poeta que censurei, e para com o público que me serviu de juiz, assinar aquilo que escrevi. (ALENCAR, 1856, p. 1)

A fama no contexto literário, na época, não oferecia vantagens econômicas. José de Alencar cursou o ensino superior, enquanto aspirava a uma boa posição social. Obteve sucesso, finalizou o curso de Direito, em 1850. E posteriormente, atuou em cargo político, assim como seu pai José Martiniano de Alencar<sup>10</sup>. José foi deputado geral no Ceará. E alcançou o cargo de Ministro da Justiça, no período de 1868 a 1870. Desanima-se com a política, quando fracassa na tentativa de obter o cargo de senador. O uso do pseudônimo pode ter sido uma forma de tentar separar a literatura da vida civil. Em 1856, mais uma vez decide ocultar sua autoria. O autor publica folhetins no jornal, mas se esquivava da autoria, afirmando o seguinte: “Começamos a publicar hoje no folhetim um pequeno romance original, que nos foi confiado por alguém que deseja ocultar o seu nome, e que recomendamos à benevolência do leitor como um ligeiro ensaio” (ALENCAR, 1856, p. 1). A trilogia de romance<sup>11</sup>, escrita com a intenção de traçar os “perfis de mulheres”, é assinada por

<sup>10</sup> José Martiniano de Alencar, pai do escritor José de Alencar, foi senador

<sup>11</sup> <sup>11</sup> A trilogia de romances, em que o autor traça perfis de mulheres, é composta por *Lucíola* (1862), *Diva* (1864) e *Senhora* (1875).



G. M. Alencar oculta sua autoria, pois está ligado à carreira política ainda e escrever um romance que trata de assuntos considerados ousados pelo público, como a prostituição que aparece em *Lucíola*, poderia afetar sua imagem na sociedade.

Entre 5 de abril de 1888 e 29 de agosto de 1889, Machado de Assis produziu 49 crônicas, sendo que 48 delas foram publicadas no jornal *Gazeta de Notícias*, na série de crônicas *Bons Dias!*. Enquanto, uma das crônicas foi publicada no jornal *Imprensa Fluminense*. O escritor assinava como “Boas Noites”. O pseudônimo foi revelado somente após o ano de 1950, quando estudos sobre a autoria das crônicas foram realizados. Revelação ocorrida após mais de 40 anos da morte do autor. Alguns motivos que levaram Machado a fazer uso do pseudônimo foi a liberdade que tinha para realizar críticas e para abordar o processo político envolvendo a abolição da escravatura e a possibilidade de descrever os tipos sociais sem pudor.

No período da ditadura militar no Brasil (1964 – 1985), a escritora Odette Perez Rios(1932-2002) teve 36 dos seus 50 livros publicados censurados pelo regime ditatorial. Uma das principais razões de ter suas obras vetadas pelos militares foi o conteúdo erótico, que contrariava o conservadorismo defendido pelo poder político do país. Cassandra Rios, pseudônimo utilizado por Odete, cria uma narrativa que aborda a temática da censura. No conto *O garanhão Russo*, publicado por “Cassandra”, o personagem Igor Poplavski, escritor russo, publicava livros pornográficos em meio ao período de regime soviético. O conteúdo disposto em suas obras não era aceito. O autor foi detido e levado a julgamento. Acabou por ser exilado, para a tristeza de seus inúmeros leitores russos. A trajetória do personagem Igor foi semelhante à de Odette, que desafiava a censura, nesse caso militar e moral, que se fazia fortemente presente no Brasil, entre as décadas de 1950 a 1980. Apesar das constantes censuras sofridas, a autora continuava escrevendo. Em 1970, ela alcançou a meta de 1 milhão de vendas, superando autores consagrados como Jorge Amado (1912-2001) e Clarice Lispector (1920-1977); Odette vivia exclusivamente da profissão de escritora. A partir de dezembro de 1968, com a aprovação do Ato Institucional número 5 (AI-5), a censura é oficializada no país. Os militares perseguiram Cassandra, assim como muitos outros escritores e jornalistas, dispostos a vetar e retirar de circulação tudo que por ela era produzido. Até hoje, é difícil encontrar alguns dos mais de 50 livros escritos por Odette. Em 1976, a perseguição torna-se tão intensa, que a autora chega à falência. Uma das pioneiras

da profissionalização da carreira de escritor(a) vê-se obrigada a atuar em uma profissão, em que conquistaria renda suficiente para seu sustento. Porém, continua escrevendo. Ela passa a contribuir com artigos para revistas e jornais, utilizando-se de um pseudônimo masculino. Ao usar um nome masculino, a censura pelo conteúdo erótico que produzia não acontece mais, como acontecia quando assinava a autoria com um nome feminino. Isso mostra como havia ainda mais rigorosidade com produções escritas feitas por mulheres. Odette incomodava ainda mais os censores por ser assumidamente homossexual, em tempos que a homossexualidade era um tabu para sociedade. Em 1950, Odette casou-se na igreja com um amigo, mas a intenção dos dois era sair de casa sem causar choque aos familiares, como Pagu, vinte anos antes. Além de desafiar a censura dos militares, enfrentar os julgamentos da sociedade sobre sua orientação sexual era mais um desafio, diante do qual ela se mostrava uma mulher forte e disposta a lutar pelos seus direitos. A censura causava não só um abalo no ambiente literário, mas também um abalo emocional em todos que sofreram repressão, foram ameaçados ou tiveram suas obras incineradas e retiradas de circulação. Os militares tinham técnicas para amedrontar os autores das obras. Muitos indivíduos sofreram tortura física e psicológica, durante o regime militar.

Outro autor que lutou pela liberdade do conteúdo que seria publicado foi o músico e escritor Chico Buarque. Ele utilizou-se de pseudônimo, em período de censura no Brasil, para criticar a violência do governo cívico-militar e também para dar voz aos grupos marginalizados. Chico criou “Julinho da Adelaide”, que contribuiu para o lançamento de três músicas: *Acorda amor* (1974), *Jorge Maravilha* (1974) e *Milagre Brasileiro* (1975). As letras destas três canções tinham conteúdo político e grandes chances de ser barradas pela censura, se assinadas por Chico. Julinho da Adelaide, enquanto desconhecido, não seria forte alvo da crítica, como Chico. Assim, o pseudônimo tornou-se um aliado do compositor para ter liberdade em suas composições. Chico, numa tentativa de convencer a mídia de que Julinho realmente existia, divulga informações de Julinho que se contrapõe a suas características. O autor tem a sutileza de tornar Julinho um homem inculto, informal. Pois para o regime autoritário, quanto mais inculto é o indivíduo, mais fácil é dominá-lo, manipulá-lo e impor ideais de conduta. Então, Julinho, não tendo estudo, não demonstra ser um perigo para sociedade. Após essa composição de características

e perfil de Julinho, a personagem torna-se quase um heterônimo de Chico. Porém, as informações divulgadas sobre Julinho eram falsas. Na verdade, as composições do Chico em que assumia a autoria usando seu nome e as composições em que assinava como Julinho apresentavam diversas semelhanças. Não havia como considerar Julinho, um heterônimo de Chico, já que a heteronímia é marcada pela diferença em relação ao sujeito autor. Apesar da sutileza nas críticas que Julinho elaborava ao regime de poder do país, o pseudônimo de Chico foi descoberto, em 1975. A partir desse momento, a censura passa a exigir, juntamente às composições, o nome e documentação do autor da canção.

Em 1989, Chico Buarque concede uma entrevista a Geraldo Leite, da *rádio Eldorado*, e revela o motivo pelo qual decide criar “Julinho da Adelaide”:

aí eu senti que a barra estava pesada e falei: vamos experimentar com outro nome que pode ser que melhore. E realmente melhorou. As três primeiras músicas que mandei, onde eu assinava como Julinho da Adelaide, passaram. Se fossem com o meu nome, provavelmente, não passariam. (Buarque, 1989).

As três músicas, já mencionadas acima, tiveram grande repercussão no cenário musical. A composição *Acorda amor* ocorreu no período da chamada “defesa da segurança nacional”<sup>12</sup>, acirrada sob o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Versos da música revelam o período conturbado em que a sociedade vivia. O verso “[...]Era a dura, numa muito escura viatura [...]” referia-se aos veículos de repressão que eram frequentes no período ditatorial. No verso “[...] Não é mais pesadelo nada, Tem gente já no vão de escada, Fazendo confusão, que aflição [...]” há referência às cenas de violência, que eram frequentes na época. Na composição, Julinho também faz menção aos sumiços inexplicáveis que ocorriam, frequentemente: “[...] Se eu demorar uns meses convém, às vezes, você sofrer. Mas depois de um ano eu não vindo, Ponha a roupa de domingo e pode me esquecer [...]”.

Na composição *Jorge Maravilha*, elaborada em 1974, também há a presença de um verso marcante sobre um acontecimento que Chico Buarque viveu. Em 1977, Chico relata para o jornal *Folha de São Paulo* “Aconteceu de eu ser detido por agentes de segurança, e no elevador o cara pedir um autógrafo para a filha dele.

---

<sup>12</sup> Com a Lei da Segurança Nacional, decretada em 13 de março de 1967, a censura, proibição e atos violentos por parte dos militares tornaram-se ainda mais frequentes no país.

Claro que não era o delegado, mas aquele contínuo de delegado” (1977). E daí surge o verso “Você não gosta de mim, mas sua filha gosta”.

No período em que *Milagre Brasileiro* (1975) foi composta, o governo de Médici propunha realizar um milagre, especialmente econômico, no país. Porém, o que realmente ocorria era o aumento da desigualdade social. Ricos crescendo economicamente e pessoas em situações financeiras decadentes tendo sua renda cada vez mais reduzida. Podemos observar uma referência a esse momento que o país vivia, no trecho “É o milagre brasileiro Quanto mais trabalho Menos vejo dinheiro. É o verdadeiro boom Tu tá no bem bom Mas eu vivo sem nenhum.” (1975).

## 8 CLARICE E A NÃO ACEITAÇÃO DE SEU PSEUDÔNIMO PELO EDITOR

A escritora Clarice Lispector utiliza pseudônimo em algumas publicações. Quando assinou a página feminina do tabloide *Comício*, em 1952, utilizou o nome “Tereza Quadros”. Clarice afirma, em carta, ao amigo Fernando Sabino, que o principal motivo que a levou a fazer uso de pseudônimo foi a possibilidade de sentir-se à vontade para escrita. Em decorrência desta falta de afinidade pelo conteúdo, não admitia assinar o próprio nome.

Outro episódio que Clarice viveu foi a não aceitação do uso de pseudônimo em alguns casos. Certo dia, o poeta, jornalista e fundador da Editora Artenova, Alvaro Pacheco, liga para Clarice e encomenda três histórias que realmente aconteceram. Inicialmente, ela afirma que não sabe produzir história de encomenda. Mas ao longo da ligação, em uma sexta-feira, ela sentiu-se inspirada. No sábado, ela produziu os contos *Miss Algrave*, *O corpo* e *Via crucis*. No domingo de manhã, entregou as três histórias a Álvaro. Clarice informa ao editor que só publica sob pseudônimo. Porém, sua condição não é aceita. A escritora, ao escrever trechos eróticos em alguns textos, admite sentir-se envergonhada pelo conteúdo. Sobre a recusa quanto ao uso do pseudônimo, ela declara:

Até já tinha escolhido um nome bastante simpático: Cláudio Lemos. Mas ele não aceitou. Disse que eu devia ter liberdade de escrever o que quisesse. Sucumbi. Que podia fazer? senão ser a vítima de mim mesma. Só peço a Deus que ninguém me encomende mais nada. Porque, ao que parece, sou capaz de revoltadamente obedecer, eu a inliberta. (LISPECTOR, 1974, p. 10).

Em uma nova tentativa de negociação com o editor Álvaro Pacheco, ela sugere assinar com as iniciais C. L. Deixando pistas sobre a autoria, mas não a afirmando por completo. A autoria, nesse caso, poderia ser ligada a Claudio Lemos, pseudônimo criado por Clarice em outro contexto. Porém, não obtém sucesso em sua tentativa e acaba tendo que usar seu próprio nome. Clarice relata, no prefácio *Explicação* do livro *A via crucis do corpo*, sobre a encomenda das três histórias, sobre não assinar com pseudônimo e sobre o quanto era desgostoso para ela escrever sob encomenda. E, no entanto, *A via crucis do corpo* alcançou grande público e foi muito apreciado no ambiente literário.

## 9 PSEUDÔNIMO COMPARTILHADO ENTRE ESCRITORES

O pseudônimo Victor Leal era compartilhado entre os escritores: Olavo Bilac, Coelho Neto, Pardal Mallet e Aluísio Azevedo. Em 1890, acontece a publicação mais famosa do pseudônimo. O jornal *Gazeta de Notícias* publica o romance *O esqueleto*, em folhetins. A autoria desse romance é de Pardal Mallet e Olavo Bilac. Na obra *A mortalha de Alzira* (1891), Aluísio de Azevedo assume o pseudônimo sozinho. Enquanto *O Monte de Socorro* (1891), única obra escrita pelos quatro escritores, é a terceira e última obra de Victor Leal. O mais curioso é que os escritores que compartilham o pseudônimo possuem estilos divergentes: Aluísio Azevedo era representante do naturalismo brasileiro, Olavo Bilac é vinculado ao parnasianismo brasileiro, Coelho Neto é romancista, enquanto Pardal Mallet é romancista, dedicado ao jornalismo.

Bustos Domecq foi um pseudônimo, elaborado por Jorge Luis Borges e Adolfo Bioy Casares. A dupla criou o nome utilizando referências de nomes de antepassados seus. A obra produzida e assinada por Bustos Domecq foi tida pela crítica, posteriormente, como uma brincadeira da dupla de escritores para elaborar sátiras e escritos irrelevantes. Porém, a intenção dos escritores era construir narrativas policiais utilizando o pseudônimo.

Outro caso, bem mais recente, de compartilhamento de pseudônimo, que gerou grande repercussão, foi a escritora Carmen Mola, que na verdade era pseudônimo dos escritores espanhóis: Jorge Diaz, Agustín Martínez e Antonio Mercero. O Prêmio Planeta, entregue ao melhor romance inédito na Espanha pela

*Editora Planeta*, foi concedido à autora de *La bestia*: Carmen Mola, em 2021. Foi um choque para os espanhóis quando os três roteiristas de televisão (Diaz, Martínez e Mercero) se apresentaram para resgatar a premiação.

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura nos permite explorar diversos elementos estilísticos, dentre eles: o pseudônimo, explorado ao longo do trabalho. Pode-se observar que a partir do pseudônimo há a possibilidade de surgir um heterônimo para assinatura da obra. Em alguns casos, encaixar a assinatura em um dos dois conceitos torna-se uma tarefa difícil. A escolha por uso do pseudônimo pode ou não ter uma significação. Foi um adereço muito útil para mulheres e para as figuras conhecidas pelos censores, militares, autoridades religiosas e políticas. Nestes casos, divulgar seus textos com sua própria assinatura poderia ser um ato perigoso. Mas também serviu para que escritores pudessem brincar com a autoria de textos, produzirem conteúdos que não faziam parte do seu repertório e não ligar seu nome a este novo conteúdo. Há também os escritores que declaravam utilizar o pseudônimo com a intenção de sentir-se outro.

O uso do pseudônimo, independente do caso, despertou a curiosidade dos leitores e trouxe até mais visibilidade para algumas obras. Quando utilizado para críticas e escrita de conteúdos que eram banidos pela censura, o público leitor, os censores e as autoridades atingidas buscavam ter conhecimento da autoria do conteúdo escrito. O pseudônimo utilizado como disfarce, num jogo com o leitor, desperta a curiosidade do leitor para desvendar a identidade do(a) escritor(a) e o que levou a ocultar-se da autoria.

As críticas, elaboradas pelos árcades Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa, José de Alencar, Machado de Assis, divulgadas com assinatura de pseudônimo, são uma forma de demonstrar a insatisfação desses autores com acontecimentos públicos. Utilizando sua própria assinatura poderiam ser repreendidos, punidos ou envolverem-se em intrigas. As músicas compostas pelo pseudônimo Julinho da Adelaide são criativas e muito bem elaboradas, explorando um modo de criticar sutil, mas que não passou despercebido. A partir destas

composições, há possibilidade de uma análise mais aprofundada dos versos, relacionando ao contexto histórico de seu lançamento, e as possíveis interpretações.

A insegurança do escritor, ao deparar-se com um conteúdo que não se encontra em seu repertório, resultou, em alguns casos, no uso do pseudônimo. Clarice Lispector, como vimos, não quis assinar textos escritos por encomenda, embora tenha se utilizado de pseudônimos em publicações jornalísticas. A escritora J. K. Rowling usou pseudônimo para publicar um romance, pois não queria ligar a nova obra a sua famosa saga *Harry Potter*. São casos em que as escritoras pensam no modo como os escritos podem afetar o repertório que já possuem. O pseudônimo parece uma jogada para proteger a imagem que o público leitor tem sobre sua carreira literária.

Os jogos que os escritores produzem com o compartilhamento de um só pseudônimo confundem deliberadamente o leitor. Quando se revela que a assinatura foi criada, as dúvidas ficam após a leitura: O conteúdo, a abordagem escrita do texto, a intenção dos escritos foram pensadas por um grupo ou individualmente. O curioso é que alguns grupos são formados por indivíduos bem distintos entre si.

Dois casos que marcaram, especialmente a literatura e a cultura brasileiras, são os de Patrícia Galvão e Odette Rios. Sua vida e produção escrita são um marco para o período histórico em que viveram. As duas, mesmo representando um grupo marginalizado no ambiente literário, são exemplos da força feminina na conquista pelo seu espaço. São dois casos que permitem um aprofundamento nas pesquisas, apenas iniciadas neste trabalho de conclusão de curso.

## REFERÊNCIAS

ALÓS, A. P. "*Parque Industrial*": influxos feministas no romance proletário de Patrícia Galvão. Caligrama: Revistas de Estudos Românticos, 2010, vol.15, n. 1.

BRAUNER, E. *Julinho da Adelaide, um pseudônimo que driblou a censura*. Porto Alegre: *Revista Eletrônica de crítica e Teoria de Literaturas Dossiê: A literatura em tempos de repressão*, 2005, vol.1, n. 1. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/viewFile/4839/2758> Acesso em 26 out. 2021.

BRASIL. Senado Federal. *Lei da imprensa (Lei 5.250, de 09 de fevereiro de 1967)*. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2003. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70324/660693.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em 18 fev. 2022.

CATTAPAN, J. C. R. *O quinze: contrastes e tensões*. Rio de Janeiro: Revista Diadorim da UFRJ, 2010, vol.7. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3910>. Acesso em 18 dez. 2021.

ELÓI, M. A., *As mensageiras: primeiras escritoras do Brasil*. Brasília/DF: Secretaria de Comunicação Social Centro Cultural Câmara dos deputados, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/acamara/visiteacamara/culturacamara/arquivos/.lixaira/as-mensageiras-primeiras-escritoras-do-brasil>. Acesso em 24 fev. 2022.

FAEDRICH, A. *Narcisa Amália e as intempéries da produção literária feminina*. Revista *Palimpsesto*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 22, p.138-155, 2016.

FAEDRICH, A. Literatura brasileira de autoria feminina no século XIX: a importância de Narcisa Amália. In: LOUSADA, I; FINA, R. (org). *Cultura, Literatura, Memória e Identidades: por ocasião do centenário de Cláudia de Campos*, Lisboa: Câmara Municipal de Sines, p. 135-142, 2018.

FANINI, M. A. *A (in)elegibilidade feminina na Academia Brasileira de Letras Carolina Michaelis e Amélia Beviláqua*. Revista de sociologia da USP, São Paulo, vol. 22, n. 1, p. 149-177, 2010.

FARIAS, C. C. *Sobre o nome: A confusão entre apelido, hipocorístico, pseudônimo, heterônimo e a sua necessária proteção*. Salvador: Editora Juspodivm, 2018. Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2018/08/24/sobre-o-nome-confusao-entre-apelido-hipocoristico-pseudonimo-heteronimo-e-sua-necessaria-protecao/>. Acesso em 18 fev.2022.

FILHO, M. T. F. Soares; INÊS, V. *O direito a um pseudônimo*. Periódico GEN Jurídico, 2017. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2017/06/20/o-direito-um-pseudonimo/>. Acesso em 18 fev. 2022.

GAGLIARDI, C. *Disfarce e fraude autoral: por uma reconstituição do sujeito empírico na escrita*. ev. Cria. Crít., São Paulo, n. 12, p.106-119, 2014.

GALVÃO, P. *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

GALVÃO, P. *Autobiografia Precoce*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HOLLANDA, H. B. *A roupa de Rachel – um estudo sem importância*. Revista Diadorim da UFRJ, Rio de Janeiro, vol.7, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3907/15749>. Acesso em 23 set. 2021.

LEÃO, J. O. *A pseudonímia como artifício irônico em Kierkegaard*. Revista Pandora Brasil, Belo Horizonte, n. 23, p.58-68, 2010.



MALLET, P.; BILAC, O. *O esqueleto: Mistérios da Casa de Bragança*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

LISPECTOR, C. *A via crucis do corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MENDES, L. SILVA, A. G. *Victor Leal e o romance-folhetim no Rio de Janeiro no final século XIX*. São Gonçalo: Solettras, 2011, vol. 11, n. 22, p. 197-205. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/>. Acesso em 24 fev. 2022.

NETO, L. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

NUNES, A. M. *Dissimulações de Clarice Lispector*. São Paulo: Revista Olho D'água da UNESP, 2010.

PELOGGIO, M. A.; VASCONCELOS, A. F. *José de Alencar: século XXI*. Fortaleza: Edições UFC, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/45620>. Acesso em: 25 fev. 2022

PINHEIRO, M.P. *Machado de Assis cronista: "Bons Dias!" no avesso da república*. *Revista de Letras*, São Paulo, v.52, n.2, p. 133-145, 2012.

PINTO, J. P. *Borges e Bioy, autores-leitores de policiais. Variaciones Borges*, São Paulo, n. 31, p. 199-219, 2011.

PIOVEZAN, A.; FONTOURA JUNIOR, A. *Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil-militar e a literatura de Cassandra Rios*. In: *Congresso Internacional de história*. 2015. p. 2407-2417.

PROBST, E. R. *A evolução da mulher no mercado de trabalho*. São Paulo: RH Portal, 2021. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-evolucao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 18 ago. 2021.

REIMÃO, S. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. 2015. Tese (Livre Docência em Comunicação e cultura) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROMANELLI, M. *A representatividade feminina na literatura brasileira contemporânea*. 2014. Monografia (Graduação em Comunicação social) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROSA, Carina. *Perspectivas sobre o uso e direito a um pseudônimo no meio artístico e literário*. Jusbrasil, 2020. Disponível em: <https://tavarescarina.jusbrasil.com.br/artigos/819267765/o-uso-de-pseudonimo-e-protetido-por-lei>. Acesso em 20 jan. 2022.

RYAN, H. *Badalada escritora espanhola de suspense é, na verdade, pseudônimo de 3 homens*. São Paulo: CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/badalada-escritora-espanhola-de-suspense-e-na-verdade-pseudonimo-de-3-homens/>. Acesso em 24 fev. 2022.

Silva, P. L. *O corpo e suas cruéis exigências em A via crucis do corpo, de Clarice Lispector*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras – estudos literários) Programa de Pós-graduação em Letras – Estudos literários. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2014.

SOARES, G. A. D. *A censura durante o regime autoritário*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 4, n. 10, p. 21-43, 1989.

SOARES, I. B. *O ethos narrativo em Bons Dias!, de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Machado de Assis linha, 2012, vol. 5, n. 10, p. 102-121.

SOARES, M. V. N. José de Alencar no Diário do Rio de Janeiro. *SOLETRAS*, n. 40, p. 318-341, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/51761>. Acesso em: 02 fev. 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/soletras.2020.51761>.